**MODELO DE TERMO DE REFERÊNCIA PARA REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO, CRITÉRIO DE JULGAMENTO MENOR PREÇO OU MAIOR DESCONTO (PREGÃO ELETRÔNICO)**

A Subsecretaria de Compras Públicas (SUBCOMP), da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais (SEPLAG), buscando apoiar os órgãos e entidades para realizar seus procedimentos de contratação, disponibiliza este modelo de termo de referência como sugestão para orientar as contratações por meio de pregão, na forma eletrônica, para Registro de Preços, com fundamento no art. 78, inciso IV e art. 82 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril 2021 e no Decreto nº 48.779, de 23 de fevereiro de 2024, considerando os critérios de julgamento de menor preço ou maior desconto, previstos no art. 33 da referida Lei.

O termo de referência é um documento da fase preparatória do processo licitatório (art. 18, inciso II, da Lei Federal nº. 14.133, de 2021), cuja função é definir o objeto que será contratado pela administração para o atendimento de uma necessidade, devendo estar alinhado com o Estudo Técnico Preliminar, quando houver. O termo de referência possui fundamentação no inciso XXIII, do art. 6º, da Lei Federal nº. 14.133, de 2021.

O presente documento ainda não se trata de minuta padronizada cuja utilização seja obrigatória. Todavia, recomenda-se fortemente seu uso, pois trará mais celeridade tanto para a unidade responsável pela descrição do objeto a ser contrato, quanto para as demais áreas envolvidas, especialmente as de compras e as de assessoramento jurídico.

O documento possui notas explicativas cujo texto está em destaque amarelo e têm por objetivo orientar o preenchimento e trazer esclarecimentos ao usuário. Tais notas deverão ser excluídas quando da finalização do documento e geração de sua versão final.

Há textos destacados em verde, que contemplam campos cujas informações deverão ser preenchidas pelo responsável pela elaboração, bem como sugestões alternativas de redação que deverão ser escolhidas pelo usuário conforme a situação diante da qual se encontra. Sugere-se que os textos em verde sejam mantidos com esse realce quando do envio para a unidade de compras e para o jurídico, a fim de facilitar a identificação. Quanto às redações alternativas, sugere-se excluí-las. Após todo o tramite processual e quando da geração da versão final do termo de referência para fins de publicação/divulgação, os realces em verde deverão ser retirados.

Os **textos em preto** são redações sobre as quais se espera não ter alterações. Porém, sabendo que o Termo de Referência pode ser adequado em função da peculiaridade do objeto, eventuais modificações deverão ter o texto em **fonte vermelha** para facilitar a identificação dos ajustes. O mesmo deverá ser feito para o caso de inserção de textos e cláusulas não previstos no documento.

Por fim, deve-se atentar para o uso da versão mais recente do documento (número localizado no canto superior direito das páginas), devendo ser informado nos autos qual a versão utilizada.

Sugestões de alteração e melhoria podem ser encaminhadas pelo [Fale Conosco da NLLC.](https://www.questionpro.com/a/TakeSurvey?tt=xWhz8pFbDtU%3D)

|  |  |
| --- | --- |
| **LEGENDA** | |
| Texto com Realce Amarelo | Nota explicativa, a qual deverá ser excluída ao final da elaboração do documento. |
| Texto com Realce Verde | Campos para preenchimento ou cláusulas/ redações alternativas |
| Texto com Fonte Preta | Textos invariáveis |
| Texto com Fonte Vermelha | Textos alterados/incluídos |

**CONTROLE DE VERSÕES**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Versão** | **Data** | **Alterações** |
| 1.0 | 02/2024 | N/A |
|  |  |  |
|  |  |  |

**OBSERVAÇÃO: EXCLUIR ESSA EXPLICAÇÃO E TODAS AS NOTAS EXPLICATIVAS AO FINAL**

Inserir o nome do ÓRGÃO OU ENTIDADE PÚBLICA

**MODELO ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **DATA** | **ÓRGÃO SOLICITANTE** | **NÚMERO DA UNIDADE DE COMPRA** |
| XX/XX/20XX |  |  |

|  |  |
| --- | --- |
| **RESPONSÁVEL PELA SOLICITAÇÃO** | **SUPERINTENDÊNCIA OU DIRETORIA OU UNIDADE ADMINISTRATIVA** |
| Nome:  E-mail: |  |

Sumário

[1. OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO 3](#_Toc159347488)

[2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO 7](#_Toc159347489)

[3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO 8](#_Toc159347490)

[4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO 17](#_Toc159347491)

[5. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO 19](#_Toc159347492)

[6. PROCEDIMENTO DE TRANSIÇÃO E FINALIZAÇÃO DO CONTRATO 26](#_Toc159347493)

[7. MODELO DE GESTÃO DA CONTRATAÇÃO 27](#_Toc159347494)

[8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR 30](#_Toc159347495)

[9. HABILITAÇÃO 31](#_Toc159347496)

[10. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES 42](#_Toc159347497)

[11. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS 46](#_Toc159347498)

[12. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO 50](#_Toc159347499)

[13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA 51](#_Toc159347500)

# OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

* 1. O presente Termo de Referência tem por objeto o registro de preços para a contratação da prestação de serviços de [inserir objeto], nos termos da tabela abaixo e conforme condições e exigências estabelecidas neste documento.

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **LOTE** | **ITEM** | **CÓDIGO DO ITEM NO CATMAS** | **DESCRIÇÃO DO ITEM CATMAS** | **COMPLEMENTAÇÃO DO ITEM CATMAS** | **UNIDADE DE MEDIDA** | **QUANTIDADE TOTAL** | **VALOR UNITÁRIO** | **VALOR TOTAL** |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |

**Nota Explicativa**: Considerando o princípio do parcelamento, de acordo com o art. 40 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, as compras, como regra, devem atender ao parcelamento quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso. Devem também ser observadas as regras do artigo 40, §§ 2º e 3º, da referida Lei, que trata de aspectos a serem considerados na aplicação do princípio do parcelamento.

A coerência entre a unidade de medida escolhida e a descrição do item é essencial para garantir que o procedimento de contratação seja eficiente e atenda às necessidades da organização. Além disso, é importante observar que a escolha definida não ocasione restrição de mercado ou apresentar justificativa para tal restrição.

Os objetos para contratação são parametrizados pela equipe do Catálogo de Materiais e Serviços – Catmas. Na necessidade de cadastrar novo objeto, envie e-mail para catalogo.materiais@planejamento.mg.gov.br e consulte [os manuais no Portal de Compras MG](https://compras.mg.gov.br/acesso-a-informacoes/manuais/agente-publico/).

O processo no Portal de Compras deve ser um reflexo do processo SEI. Assim, a unidade de medida e o quantitativo presentes no Termo de Referência devem ser idênticos àqueles apresentados no Portal de Compras.

Caso conste no processo justificativa de orçamento sigiloso, as colunas “Valor Unitário” e “Valor Total” deverão ser excluídas

No caso de definição de “Quantidade Mínima” do item a ser cotada, conforme disposto no inciso II, art. 11 do Decreto nº 48.779, de 2024, deve ser apresentada justificativa nos autos do processo de contratação. Consideram-se quantidades mínimas a serem cotadas as quantidades parciais, inferiores à demanda total da licitação, apresentadas pelos licitantes em suas propostas, desde que permitido no edital, com vistas à ampliação da competitividade e à preservação da economia de escala, conforme parágrafo único do artigo citado.

O mesmo art. 11 possibilita que sejam registrados preços diferentes a) quando o objeto for realizado ou entregue em locais diferentes; b) em razão da forma e do local de acondicionamento; c) quando admitida cotação variável em razão do tamanho do lote; ou d) por outros motivos justificados no processo. Nesses casos, é preciso dividir o objeto (ou os itens do objeto que deverão ter preços diferentes) por uma das razões elencadas em mais de um lote da licitação. Assim, em cada lote da licitação para o item poderá ser registrado um preço distinto.

Em conformidade com o art. 7º da Lei Federal nº 14.133, de 2021, destaca-se a possibilidade de realizar Registro de Preços com indicação limitada a unidades de contratação, sem mencionar o total a ser adquirido. Isso se aplica em situações específicas: i) quando se trata da primeira licitação ou contratação direta para o objeto e o órgão ou entidade não possui registro de demandas acima; ii) no caso de produtos alimentares perecíveis; iii) quando o serviço estiver integrado ao completo de bens. É obrigatório indicar o valor máximo da despesa e proibida a participação de outro órgão ou entidade no Registro de Preços. A restrição mencionada não se aplica às compras centralizadas e compradas.

* 1. **Caracterização do Objeto:**
     1. O objeto desta contratação é caracterizado como comum, pois apresenta padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.
  2. **Lotes exclusivos para microempresas e empresas de pequeno porte:**
     1. Contratação com lote(s) exclusivo(s) para fornecedores qualificados como microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparados, aptos a se beneficiarem do tratamento diferenciado e favorecido disposto no art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123, de 2006 c/c no art. 8º Decreto nº 47.437, de 2018.

**OU**

* + 1. A participação na presente contratação é aberta a todos (sem exclusividade ou reserva de lotes para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparados aos benefícios do Decreto nº 47.437, de 2018, e Lei Complementar nº 123, de 2006), considerando [**OU** o Estudo Técnico Preliminar **OU** os termos da Nota Técnica nº. ...].

**OU**

* + 1. O(s) lote(s) [inserir nº dos lotes] da presente contratação estarão reservados para participação **exclusiva** aos fornecedores enquadrados como beneficiários indicados no Decreto nº 47.437, de 2018, e Lei Complementar nº 123, de 2006, estando os demais lotes abertos à participação de todos, considerando [**OU** o Estudo Técnico Preliminar **OU** os termos da Nota Técnica nº. ...].

**Nota explicativa**: Em licitação ou itens de valor correspondente a até R$ 80.000,00 deve ser garantida a participação exclusiva de microempresa e Empresa de Pequeno Porte (ME e EPP), conforme artigo 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e artigo 8º do Decreto nº47.437/2018."

Utilizar a **primeira opção do item 1.3.1** apenas se houver itens com participação exclusiva de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte em razão do valor (R$ 80.000,00), conforme art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006, inciso I.

Nas licitações exclusivas para microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas, o valor de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais) refere-se ao período de um ano, observada a respectiva proporcionalidade em casos de períodos distintos."

O tratamento diferenciado poderá ser afastado (**segunda opção de texto do item 1.3.1**), entretanto, nessa hipótese, a Administração deverá apresentar as devidas justificativas nos autos do processo de contratação. A ausência de reserva deve ser devidamente fundamentada, explicando os motivos que levaram à escolha de não priorizar a participação dessas categorias de empresas. A justificativa deverá conter análise prévia da necessidade e da vantajosidade, ou não, da pactuação prioritária com ME’s e EPP’s. No registro do exame de vantajosidade, hão de ser consideradas as circunstâncias práticas concretas da contratação.

Por outro lado, se a decisão for reservar parte dos lotes para microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparados (**terceira opção de texto do item 1.3.1**), e parte para ampla participação, é fundamental detalhar claramente quais lotes estão designados para cada categoria. Essa especificação proporciona transparência no processo de licitação, permitindo que os interessados compreendam as condições e critérios de participação de forma clara e objetiva

* 1. **Do Registro de Preço:**
     1. Adota-se o procedimento de Sistema de Registro de Preço na presente contratação, considerando [Inserir o dispositivo legal].

**Nota Explicativa**: o art. 3º do Decreto nº 48.779, de 2024, traz um rol exemplificativo das hipóteses em que poderá ser adotado o sistema de registro de preços. O responsável deve identificar a hipótese de sua adoção, podendo ser uma daquelas elencadas nos incisos do referido artigo, ou outra, que não conste de forma expressa no regulamento, fazendo as justificativas nos autos do processo.

* + 1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preço será de [Inserir o prazo - no máximo 1 ano], contado do [**OU** primeiro dia útil subsequente à assinatura **OU** da publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP], prorrogável por igual período, na forma do art. 20 do Decreto nº 48.799, de 2024.
    2. É vedada a participação do órgão ou da entidade em mais de uma ARP com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência das seguintes hipóteses:
       1. Existência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto neste Registro de Preços;
       2. Exaurimento ou insuficiência do quantitativo para atendimento do participante na ata de registro de preços em vigor;
       3. Aproximação do término da vigência da ARP em vigor, na hipótese de contratações sucessivas do objeto;
       4. Apuração, em andamento, de ocorrência de hipótese que acarrete o cancelamento da ARP em vigor, nos termos do art. 28 do Decreto nº 48.779, de 23 de fevereiro de 2024.
    3. Não será permitida a adesão à Ata de Registro de Preço decorrente desta contratação por órgão não participante, conforme disposto [**OU** o Estudo Técnico Preliminar **OU** os termos da Nota Técnica nº. ...].

**OU**

* + 1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de Intenção de Registro de Preços (IRP) poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os requisitos constantes na Ata de Registro de Preço.
       1. As aquisições ou as contratações adicionais de não participantes não poderão exceder, por órgão ou entidade, a [Inserir o percentual dos quantitativos] dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ARP para o órgão ou a entidade gerenciadora e para os órgãos ou as entidades participantes.

**Nota Explicativa**: Conforme §1º do art. 30 do Decreto nº 48.779, de 2024, as aquisições ou as contratações adicionais de não participantes não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ARP para o órgão ou a entidade gerenciadora e para os órgãos ou as entidades participantes.

* + - 1. O quantitativo decorrente das adesões de não participantes à ARP não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ARP para o órgão ou a entidade gerenciadora e para os órgãos ou as entidades participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ARP.
      2. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar, a adesão à ata de registro de preços para atender ao sistema de saúde, não estará sujeita ao limite de que trata o subitem anterior.

**Nota Explicativa**: Item 1.4.3 deverá ser selecionado conforme a permissão ou não da adesão por órgão não participante, conforme disposto no art. 30, do Decreto nº 48.779, de 2024.

Retirar o subitem 1.4.3.3, caso o objeto não seja aquisição de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar.

* + 1. O regramento detalhado quanto à gestão e execução da Ata de Registro de Preço está previsto na própria Ata.
  1. **Da Contratação:**

**Nota explicativa:** Os órgãos e entidades do Poder Executivo estadual utilizam o Sistema Eletrônico de Informações – SEI – para realizar a assinatura dos documentos de forma eletrônica. Tendo em vista que no contrato haverá assinatura de duas partes (contratante – Administração – e contratado – Fornecedor) e que estas ocorrem em momentos distintos, para fins de definição da data de assinatura do instrumento considera-se a data da última assinatura incluída no documento.

* + 1. O prazo de vigência da contratação é de [...] contado do [**OU** primeiro dia útil subsequente à assinatura **OU** da publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP], na forma do art. 105 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

**Nota Explicativa**: Esta opção deve ser utilizada no caso de **serviços não contínuos** quando se trata de um serviço sem que haja uma demanda de caráter permanente. Uma vez finalizado, resolve-se a necessidade que deu azo ao contrato. Estes usam o art.105 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, como fundamento e partem apenas de créditos do exercício corrente, salvo se inscritos no Plano Plurianual.

Em caso de serviço não contínuo, o prazo de vigência deve ser o suficiente para a finalização do objeto e adoção das providências previstas no contrato, sendo a contratação limitada pelos respectivos créditos orçamentários.

Para a definição do momento que o instrumento de contrato passa a vigorar, existem duas opções: (a) a vigência pode iniciar a partir do dia subsequente à data de assinatura; ou, (b) a vigência pode iniciar a partir da publicação do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

Esclarecemos que a publicação no PNCP confere eficácia ao contrato, devendo o órgão/entidade providenciar a divulgação do contrato nos termos do art. 94, II da Lei Federal nº 14.133, de 2021. Para essa divulgação, o Portal de Compras MG está integrado ao PNCP, e o órgão ou entidade deve providenciar o seu registro no módulo de contratos.

**OU**

* + 1. O prazo de vigência da contratação é de [...] (Máximo de 5 anos) contado do [**OU** primeiro dia útil subsequente à assinatura **OU** da publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP], prorrogável por até no máximo de 10 anos, na forma dos arts. 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
       1. O serviço é enquadrado como continuado, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando [**OU** o Estudo Técnico Preliminar **OU** os termos da Nota Técnica nº. ...].

**Nota Explicativa**: Esta opção deve ser utilizada no caso de **serviços contínuos** quando o serviço é uma necessidade permanente. É o caso, por exemplo, de serviços de limpeza e segurança essenciais para o funcionamento do órgão público. Nessas situações, findado o contrato, haverá sua substituição por um novo e assim, sucessivamente, pois a necessidade em si é permanente. Contratações dessa natureza são atendidas pelo art. 106 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

No caso de opção por formalizar o instrumento contratual, no preenchimento do item 1.4.1, que trata do prazo de vigência da contratação, recomendamos definir o prazo em anos, para fins de ajuste à terminologia trazida pela Lei Federal nº 14.133, de 2021.

Para a definição do momento que o instrumento de contrato passa a vigorar, existem duas opções: (a) a vigência pode iniciar a partir do dia subsequente à data de assinatura; ou, (b) a vigência pode iniciar a partir da publicação do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

Esclarecemos que a publicação no PNCP confere eficácia ao contrato, devendo o órgão/entidade providenciar a divulgação do contrato nos termos do art. 94, II da Lei Federal nº 14.133, de 2021. Para essa divulgação, o Portal de Compras MG está integrado ao PNCP, e o órgão ou entidade deve providenciar o seu registro no módulo de contratos.

**OU**

* + 1. Não será necessário firmar instrumento de contrato, conforme disposto no art. 95, II da Lei Federal nº 14.133 de 2021, sendo este substituído por [carta-contrato **OU** nota de empenho de despesa **OU** autorização de compra], considerando [**OU** o Estudo Técnico Preliminar **OU** os termos da Nota Técnica nº. ...].

**Nota explicativa**: Deve-se escolher uma das redações para o item 1.4.1, excluindo as demais possibilidades. No caso de não utilizar contrato, o usuário deverá selecionar um dos instrumentos indicados, excluindo os demais, bem como indicar qual das hipóteses do art. 95 fundamenta a situação (Considerando que a minuta se trata de pregão, recomenda-se que se utilize o inciso II - compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto a assistência técnica, independentemente de seu valor). A decisão sobre a dispensa do instrumento contratual geralmente envolve uma análise cuidadosa das circunstâncias específicas do contrato e do objeto envolvido. O responsável pela elaboração, deve levar em consideração diversos fatores, e a complexidade do objeto é um deles. A complexidade do objeto refere-se à dificuldade ou sofisticação das atividades, produtos ou serviços a serem fornecidos sob o contrato. Quanto mais complexo o objeto, maior a probabilidade de que um contrato detalhado e formal seja necessário para garantir que ambas as partes compreendam suas responsabilidades e obrigações. No entanto, em certas situações, mesmo contratos com objetos menos complexos podem exigir instrumentos contratuais formais, especialmente quando há riscos significativos envolvidos, necessidade de clareza nas expectativas das partes ou requisitos legais que demandam uma documentação específica.

* + 1. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

**Nota explicativa**: O item 1.5.2 deve ser excluído deste documento quando o responsável pela elaboração optar por dispensar o instrumento contratual. No entanto, é crucial realizar essa exclusão com cuidado, assegurando que cláusulas legalmente necessárias ou essenciais para a proteção das partes não sejam inadvertidamente removidas.

* 1. **Descrição da Solução:**

[Inserir o detalhamento/complementação do objeto, descrevendo de forma alinhada à solução indicada no ETP, quando houver. Deve-se considerar o ciclo de vida do produto e evidenciar os elementos indispensáveis para a caracterização do serviço]

**Nota Explicativa**: Corresponde à alínea “c”, do inciso XXIII, do art. 6º da Lei Federal nº. 14.133, de 2021 (“descrição da solução como um todo, considerado todo o ciclo de vida do objeto”). Também deverão estar contidos nesse item o disposto no art. 40, §1º, incisos I e III, a saber: “§ 1º O termo de referência deverá conter os elementos previstos no inciso XXIII do caput do art. 6º desta Lei, além das seguintes informações: I – especificação do produto, preferencialmente conforme catálogo eletrônico de padronização, observados os requisitos de qualidade, rendimento, compatibilidade, durabilidade e segurança”. Os incisos II e III do respectivo artigo estão dispostos em outras seções deste documento.

Perguntas Auxiliares:

- O que contratar?

- Existe legislação específica relacionada à contratação?

# FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

[Inserir texto com a justificativa/fundamentação da necessidade da contratação, levando em consideração a solução escolhida no âmbito do Estudo Técnico Preliminar (ETP), quando houver, ou outros documentos que embasem a contratação]

**Nota explicativa**: O item 2 corresponde à alínea “b”, do inciso XXIII, do art. 6º da Lei Federal nº. 14.133, de 2021 (“fundamentação da contratação, que consiste na referência aos estudos técnicos preliminares correspondentes ou, quando não for possível divulgar esses estudos, no extrato das partes que não contiverem informações sigilosas; ”).

O princípio da motivação integra o regime jurídico administrativo, impondo a necessidade de se explicitar o motivo (situação fática) e o fundamento jurídico dos atos administrativos. Determina que a Administração deve justificar todos os seus atos.

Para a construção da justificativa, sugerimos que seja levado em consideração as pontuações abaixo:

1. Exponha as razões pelas quais a contratação irá suprir a necessidade da Administração.
2. Benefícios diretos e indiretos que resultarão da contratação.
3. Perguntas auxiliares:
4. Por que contratar?
5. Para que contratar?
6. Qual o objetivo da contratação?
7. Qual o impacto de ficar sem a contratação?

# REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

**Nota explicativa**: No item 3, “Requisitos da contratação”, deve-se apresentar as exigências mínimas necessárias, que não comprometem a competitividade do procedimento, para garantir o pleno atendimento da demanda da administração e da execução do objeto contratado.

Tais exigências devem encontrar respaldo no Estudo Técnico Preliminar, quando houver, ou em estudos posteriores necessários ao refinamento do objeto quando da elaboração do Termo de Referência.

* 1. **Da participação de consórcios:**
     1. Será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio.

**OU**

* + 1. Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, em razão da baixa complexidade do objeto a ser adquirido, considerando que as empresas que atuam no mercado têm condições de fornecer os bens de forma independente conforme [**OU** o Estudo Técnico Preliminar **OU** os termos da Nota Técnica nº. ...].

**Nota Explicativa:** Conforme art.15, caput, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, “A vedação de participação no processo licitatório de pessoas jurídicas reunidas em consórcio é exceção e essa opção deverá ser devidamente justificada pela Administração”.

* 1. **Da Subcontratação**
     1. Não será admitida a subcontratação parcial ou total do objeto contratual.

**OU**

* + 1. É admitida a subcontratação parcial do objeto, limitada a [inserir parcela/percentual permitivo]
    2. É vedada a subcontratação total ou das parcelas tecnicamente mais complexas ou de valor mais significativo do objeto, que motivaram a comprovação de capacidade financeira ou técnica.
    3. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, conforme art. 122, §3º", da Lei Federal n° 14.133, de 2021.
    4. O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente, conforme §1º, art. 122, da Lei Federal n° 14.133, de 2021.

**Nota Explicativa:** O item 3.2.1, conforme disposto no art. 122 da Lei Federal nº. 14.133, de 2021, trata da subcontratação para execução dos contratos.

**1** - No caso de optar por permitir a subcontratação, deve assim, apresentar justificativa bem fundamentada. Essa justificativa deve explicar claramente as razões por trás da decisão e demonstrar que a subcontratação é uma escolha estratégica que beneficiará todas as partes envolvidas. Existem pontos que podem ser abordados na motivação, como o destaque dos benefícios esperados, como acesso à especialistas, maior flexibilidade operacional; a demonstração de como a subcontratação ajudará a preencher lacunas nas habilidades; entre outras.

**2 -** Caso haja necessidade de inclusão de outras especificações técnicas quanto à subcontratação, deverão ser inseridas neste item.

**3 -** A subcontratação parcial é permitida e deverá ser analisada pela Administração com base nas informações dos estudos preliminares, em cada caso concreto. Caso admitida, o Termo de Referência estabelecerá com detalhamento seus limites e condições, inclusive especificando quais parcelas do objeto poderão ser subcontratadas.

**4 -** A depender da parcela do fornecimento cuja subcontratação será permitida, poderá ser previsto que a qualificação técnica seja demonstrada por meio de atestados relativos a potencial subcontratado, limitado a 25% do objeto a ser licitado, conforme § 9º do art. 67 da Lei Federal nº 14.133, de 2021. Nesta hipótese, mais de um licitante poderá apresentar atestado relativo ao mesmo potencial subcontratado.

**5 -** A subcontratação deve ser avaliada à luz do art. 122 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

* 1. **Da Sustentabilidade:**
     1. Os critérios de sustentabilidade da contratação devem ser atendidos de acordo com os seguintes requisitos:
        1. [Inserir requisitos]

**OU**

* + 1. Não serão exigidos critérios de sustentabilidade na presente contratação, considerando [**OU** o Estudo Técnico Preliminar **OU** os termos da Nota Técnica nº. ...].

**Nota Explicativa**: O item 3.3.1 trata da sustentabilidade, que é um dos princípios e objetivos do processo de compras públicas trazido nos artigos 5º e 11, inciso IV, da Lei Federal nº. 14.133, de 2021, no escopo do desenvolvimento nacional sustentável. Conforme [Parecer 0001/2021 da Câmara Nacional de Sustentabilidade da CGU](https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoesecontratos/copy_of_PARECER01.2021CNS.pdf), a norma que decorre da Constituição, tratados e legislação vigente **impõe a observância da sustentabilidade como obrigatória**. Destaca-se da referida manifestação a advertência de que consta da Lei Federal 14.133:

“(iv) obrigatoriedade de descrição, no estudo técnico preliminar, dos possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos os requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável – art. 18, §1º, XII;

[...]

(xi) obrigatoriedade de as licitações de obras e serviços de engenharia respeitarem, especialmente, as normas relativas a disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras contratadas; mitigação por condicionantes e composição ambiental, que serão definidas no procedimento de licenciamento ambiental; utilização de produtos, de equipamentos e de serviços que, comprovadamente, favoreçam a redução do consumo de energia e de recursos naturais; avaliação de impacto de vizinhança, na forma da legislação urbanística; proteção do patrimônio histórico, cultural, arqueológico e imaterial, inclusive por meio de avaliação do impacto direto ou indireto causado pelas obras contratadas; acessibilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida - art. 45.

[...]

57. Inclusive, a Lei nº 12.305, de 2010 impõe como prioridade, nas aquisições e contratações governamentais, os produtos reciclados e recicláveis, assim como os bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis (art. 7º, inciso XI). Por outro lado, estabelece o dever para todas as pessoas jurídicas de direito público de gerir e dar uma destinação ambientalmente adequada para os resíduos sólidos relativos a suas contratações (art. 1º, § 1º).”

Deve-se atentar que não se trata apenas de questões ambientais, sendo a sustentabilidade um conceito multidimensional, que abarca as também as perspectivas social, econômica e cultural (esta última vem sendo recentemente reconhecida). Recomenda-se consultar o [Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União](https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/guias/guia-de-contratacoes-sustentaveis-set-2023.pdf) como fonte para identificar práticas sustentáveis nas compras públicas. Também há a [Cartilha Como Inserir Critérios de Sustentabilidade nas Contratações Públicas](https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoesecontratos/cartilha-como-inerir-criterios-de-sustentabilidade-nas-contratacoes-publicas.pdf) como boa fonte de consulta. Para fins de exigência enquanto requisitos da contratação, deve-se observar a clareza e objetividade dos critérios incluídos.

Servem de amparo as regras do art. 22, §1º do Decreto-Lei nº 4.657, de 1942 (LINDB), o qual expõe que:

“Art. 22.  Na interpretação de normas sobre gestão pública, serão considerados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo, sem prejuízo dos direitos dos administrados.

§ 1º Em decisão sobre regularidade de conduta ou validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, serão consideradas as circunstâncias práticas que houverem imposto, limitado ou condicionado a ação do agente.

**Tais determinações legais incidem nas contratações em todos os níveis da federação e obrigam os gestores estaduais.** Se, em dada situação específica, a Administração Pública encontrar obstáculos ao cumprimento dos referidos deveres de sustentabilidade, cabe à autoridade competente indicar as razões que comprovadamente impedem a consecução da(s) determinação(ões) legislativa(s), no estudo técnico preliminar ou nos autos do processo administrativo. Como se trata de exceção à regra geral que decorre da Constituição e das leis, é preciso que haja especificação dos dados da realidade que são aptos a evidenciar a impossibilidade de cumprir o ordenamento.

* 1. **Da indicação de marcas ou modelos:**
     1. Não serão exigidas marcas ou modelos específicos para a contratação

**OU**

* + 1. Na presente contratação será(ão) exigida(s) a(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), conforme permitido pelo inciso I, art. 41 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, considerando [**OU** o Estudo Técnico Preliminar **OU** os termos da Nota Técnica nº. ...], para os lotes/itens:
       1. [Indicar o lote/item e inserir marca/modelo exigido]

**Nota Explicativa**: Embora a contratação seja de serviços, é possível que a Administração indique marcas ou modelos de eventuais bens necessários à execução do objeto da contratação.

O item 3.4.1 observa o disposto no art. 41, inciso I da Lei Federal nº. 14.133, de 2021, que prevê a possibilidade de a administração, em caráter excepcional e desde que formalmente justificado no Estudo Técnico Preliminar ou nos autos processuais, indicar uma ou mais marcas ou modelos do objeto, podendo a Administração exigir que a empresa participante do certame demonstre desempenho, qualidade e produtividade compatíveis com a marca de referência mencionada. ” Deve a Administração, ainda, observar o princípio da padronização considerada a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho, nos termos do art. 43 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

Sobre a **similaridade**, destacamos que quando necessária a indicação de marca como referência de qualidade ou facilitação da descrição do objeto, deve esta ser seguida das expressões “ou equivalente”, “ou similar” e “ou de melhor qualidade”.

* 1. **Da vedação de utilização de marca ou modelo:**
     1. Não haverá vedação de marca/modelo na presente contratação.

**OU**

* + 1. Diante das conclusões extraídas do processo n. \_\_\_\_, conforme inciso III, art. 41, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, a Administração não aceitará o fornecimento dos seguintes produtos/marcas:
       1. [Indicar o lote/item e inserir marca/modelo **não** admitido].

**Nota Explicativa**: Embora a contratação seja de serviços, é possível que a Administração vede o emprego de marca ou produto de bens empregados na execução do objeto da contratação.

No item 3.5.1 somente será possível vedar a aquisição de produto ou marca se houver processo administrativo prévio no qual as razões administrativas tenham sido expostas, com possibilidade de participação do particular envolvido, a fim de que a exclusão de marca ou produto não constitua um ato arbitrário, conforme art. 41, inciso III, da Lei Federal nº 14.133, de 2021). As razões para a vedação devem ser apresentadas nos autos do processo, inclusive com citação de trechos do processo administrativo em que se consolidou a vedação, se for o caso.

Só se admite a vedação de marca/modelo ou sua indicação excepcional e motivada se não resultar em restrição indevida da competitividade.  Não se admite proibição ou escolha arbitrárias. Isso não exclui regra editalícia que apresente justificativa técnica embasada, p. ex., na padronização dos bens, com as facilidades de gestão daí decorrentes, com destaque para manutenção e aproveitamento de peças. A motivação deve ser sempre objetiva e específica, pontuando as características do caso concreto, de modo que estejam claras as razões de se vedar a participação de uma dada marca ou modelo ou sua enumeração como referência equivalente.

* 1. **Da exigência de carta de solidariedade:**
     1. Não será exigida a apresentação de carta de solidariedade na presente contratação.

**OU**

* + 1. Em caso de fornecedor revendedor ou distribuidor, será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato,considerando [**OU** o Estudo Técnico Preliminar **OU** os termos da Nota Técnica nº. ...].

**Nota Explicativa**: Embora se trate de prestação de serviço, é possível que o conjunto de obrigações da contratação envolva fornecimento de algum bem ou execução específica de serviço autorizado, situação na qual a exigência de carta de solidariedade pode se revelar possível.

Em razão de seu potencial de restringir a competitividade do certame, a exigência de carta de solidariedade no item 3.6.1 somente se justificará em situações excepcionais e devidamente motivadas, conforme art.41, inciso IV da Lei 14133/2021.

Em se tratando de objeto simples (não complexo), não cabe exigir carta de solidariedade. Igualmente não se admite tal exigência se a carta de solidariedade não é essencial como garantia à futura execução do contrato, consideradas a natureza e características do objeto licitado (ex: lápis) Carta de solidariedade justifica-se nos casos em que é preciso fixar solidariedade entre fornecedor (contratado da Administração Pública) e fabricante, atestando-se a originalidade do produto.

* 1. **Da Garantia da Contratação:**
     1. Não será exigida garantia de execução da contratação para este objeto.

**OU**

* + 1. Será exigida a garantia de execução da contratação, nos moldes do art. 96 e seguintes da Lei Federal nº 14.133, de 2021, no percentual de [inserir percentual de até 5% (padrão) ou de até 10% desde que justificada mediante análise da complexidade técnica e dos riscos envolvidos] do valor total inicial do contrato, conforme regras estabelecidas na minuta contratual.
       1. O adjudicatário poderá ofertar garantia de execução em momento anterior ou posterior à assinatura do contrato, a depender da modalidade eleita.
       2. A garantia posterior à assinatura do contrato, deverá ser prestada em até [inserir prazo] [escrever por extenso] dias corridos.

**Nota Explicativa**: No preenchimento do item 3.7.1, a área técnica competente deverá indicar se a contratação utilizará a garantia de execução ou não. As regras especificas sobre garantia, pelo seu caráter jurídico, estarão previstas no contrato e deverão ser nele inseridas caso haja indicação positiva no Termo de Referência. Caso não haja uso de minuta contratual, recomenda-se copiar e colar aqui as regras do contrato sobre esse assunto.

O percentual da garantia será de: a) até 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, para contratações em geral, conforme art. 98 da Lei Federal nº 14.133, de 2021; b) até 10% (dez por cento) do valor inicial do contrato, nos casos de alta complexidade técnica e riscos envolvidos, caso em que deverá haver justificativa específica nos autos, conforme art. 98 da Lei Federal nº 14.133, de 2021; c) deverá ser acrescido de garantia adicional aos percentuais citados anteriormente, em casos de previsão de antecipação de pagamento, nos termos do art. 145, § 2º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021; d) Nos casos de contratos que impliquem a entrega de bens pela Administração, dos quais o contratado ficará depositário, o valor desses bens deverá ser acrescido ao valor da garantia calculado de acordo com os itens anteriores.

Para fins de viabilizar a apresentação da garantia posteriormente à assinatura do contrato, sugerimos um prazo de até 30 dias.

* 1. **Condições e especificações da garantia do serviço**
     1. Será aplicada ao serviço, somente a garantia legal estabelecida pelo art. 26, da Lei Federal nº. 8.078, de 1990 (Código de Defesa do Consumidor – CDC).

**Nota explicativa**: O art. 40, §1º, inciso III da Lei Federal nº. 14.133, de 2021 prevê que o termo de referência deverá conter especificação da garantia exigida e das condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso. Assim, apresenta-se no item 3.8.1 a aplicação da garantia do Código de Defesa do Consumidor – CDC, cujo prazo é de 30 dias para serviços não-duráveis e de 90 dias para serviços duráveis.

**OU**

* + 1. O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal prevista pelo art. 26, da Lei Federal nº. 8.078, de 1990 (Código de Defesa do Consumidor - CDC), será de, no mínimo, \_\_\_ (\_\_\_\_) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.
       1. As garantias legal e contratual não se sobrepõem, devendo os seus prazos serem somados.
    2. A garantia será prestada com vistas a manter a qualidade do serviço prestado, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.
    3. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação dos serviços que apresentarem vício ou defeito no prazo de até [inserir prazo]([inserir prazo por extenso]) dias úteis, contados a partir da data de recebimento da notificação.
    4. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.
    5. Decorrido o prazo para reparo da prestação do serviço sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar fornecedor diverso para executar os reparos, ajustes ou a substituição de componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia do serviço prestado.
    6. O custo referente ao reparo na prestação do serviço durante o período da garantia será de responsabilidade do Contratado.
    7. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

**Nota explicativa**: O prazo do CDC é de 30 dias para serviços não-duráveis e de 90 dias para serviços duráveis. Fica a critério da Administração exigir - ou não - a garantia contratual do serviço, complementar à garantia legal, mediante a devida fundamentação. A exigência de garantia no item 3.8.1, bem como o prazo previsto devem ser justificados nos autos. Não a exigindo, deverá suprimir o item.

* 1. **Da Vistoria:**
     1. Não há necessidade de realização de vistoria prévia ao local de execução dos serviços.

**OU**

* + 1. A vistoria prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao fornecedor interessado o direito de sua realização.
    2. A vistoria pode ser substituída por declaração formal do fornecedor, assinada pelo seu responsável técnico, de que tem pleno conhecimento das condições locais e peculiaridades da contratação.
    3. A não realização da vistoria prévia pelo fornecedor interessado ou a não apresentação de declaração formal constante no subitem anterior, acarretará a sua inabilitação no procedimento de contratação.
    4. O fornecedor que desejar realizar visita deverá agendar dia e horário específico, até [descrever o número de dias – escrever por extenso] antes da abertura do procedimento de contratação, sendo vedada a visita de mais de um fornecedor no mesmo momento.
    5. A vistoria será realizada nas seguintes condições:
       1. [Estabelecer condições específicas ao objeto].
    6. A vistoria será acompanhada por pelo menos [indicar o número de servidores – escrever por extenso] servidores, designados no momento da Vistoria.
    7. Alegações posteriores relacionadas com o desconhecimento de condições locais ou de projetos porventura disponibilizados, se for o caso, não serão consideradas para reclamações futuras, ou de forma a desobrigar a sua execução.

**Nota Explicativa**: Item 3.9 - É assegurado ao licitante interessado o direito de realizar vistoria prévia no local de execução do serviço sempre que o órgão ou entidade contratante considerar essa avaliação imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, conforme disposto no §2º do art. 63 da Lei Federal nº 14.133, de 2021. Ainda assim, segundo o texto legal, o contratado poderá optar por não realizar a vistoria, caso em que terá que atestar o conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, mediante declaração formal do seu responsável técnico, tendo em vista o disposto no §3º do art. 63 da referida Lei.

Nesse contexto, uma vez facultada a realização da vistoria prévia no Termo de Referência, os interessados terão 2 opções para cumprir o requisito de habilitação correspondente, conforme §§2º e 3º do art. 63, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, a saber:

a) realizar a vistoria e atestar que conhece o local e as condições da realização da obra ou serviço;

b) declarar formalmente, por meio do respectivo responsável técnico, que manifesta ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

Contudo, caso não se verifique a exigência legal de que a empresa a ser contratada possua um responsável técnico - assim considerado o profissional habilitado, na forma da lei, para conduzir, orientar e se responsabilizar por todas as atividades e serviços a serem exercidos pela empresa -, a declaração formal de que trata o § 3º do art. 63, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, deverá ser firmada pelo responsável legal da empresa ou por pessoa por ele indicada, que possua condições técnicas de se responsabilizar pela execução dos serviços a serem contratados.

Recomenda-se que a previsão de vistoria seja adotada de forma motivada, já que aumenta os custos transacionais dos interessados, devendo, sempre que possível, ser substituída pela apresentação de fotografias, plantas, desenhos técnicos e congêneres relativos ao local de execução do serviço.

# MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

* 1. **Prazo e Condições da Prestação do Serviço:**
     1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:
        1. Início da execução do objeto: [...] dias da data [da assinatura do contrato] **OU** [da emissão da ordem de serviço].
        2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:
           1. [Inserir informações]
        3. Cronograma de realização dos serviços: [...].
        4. Etapa [...] Período / a partir de / após concluído [...].
        5. [Inserir demais condições de execução do serviço, caso necessário].
  2. **Do local e horário da prestação do serviço:**
     1. Os serviços deverão ser prestados no seguinte endereço: [Inserir endereço], no horário de [Inserir horário].
     2. [Inserir as condições e os contatos dos responsáveis caso seja necessário o agendamento para a realização do serviço].

**Nota Explicativa**: No item 4.2.1, considerando a participação de órgãos/entidades distintos no procedimento de Registro de Preço, poderá ser apresentada a informação por meio de tabela, conforme sugestão:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Código da Unidade** | **Órgão/Entidade Participante** | **Endereço** | **Contato dos Responsáveis** |
| [...] | [...] | [...] | [...] |

* 1. **Dos Materiais a serem disponibilizados:**
     1. Não será necessário disponibilizar materiais de consumo e de uso duradouro.

**OU**

* + 1. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas no item 1 deste Termo de referência, promovendo sua substituição quando necessário:
       1. [Descrever os materiais]

**Nota Explicativa:** O item 4.3.1, segunda opção de texto, somente deverá constar no Termo de Referência caso os serviços englobem também a disponibilização de material de consumo e de uso duradouro em favor da Administração, devendo, nesse caso, ser fixada a previsão da estimativa de consumo e de padrões mínimos de qualidade.

* 1. **Regime de Execução:**
     1. O regime de execução do contrato será [INSERIR O REGIME DE EXECUÇÃO ESCOLHIDO].

**Nota Explicativa**: O regime de execução deve ser ponderado e explicitado pela Administração, em particular em termos de eficiência na gestão contratual. Como regra, exige-se que as características qualitativas e quantitativas do objeto sejam previamente definidas no edital ou aviso, permitindo-se aos interessados a elaboração de proposta fundada em dados objetivos e seguros. Quando isso não é possível, ou seja, quando não se sabe ao certo a estimativa precisa dos itens e quantitativos que compõem o objeto a ser contratado, o gestor deve avaliar a melhor forma de execução contratual. Na **empreitada por preço global**, cada parte assume, em tese, o risco de eventuais distorções nos quantitativos a serem executados, que podem ser superiores ou inferiores àqueles originalmente previstos na planilha orçamentária da contratação. Justamente por isso, a adoção de tal regime pressupõe um Termo de Referência de boa qualidade, que estime com adequado nível de precisão as especificações e quantitativos da obra ou serviço, fornecendo aos interessados todos os elementos e informações necessários para o total e completo conhecimento do objeto e a elaboração de proposta fidedigna, para evitar distorções relevantes no decorrer da execução contratual (TCU. Acórdão 1978/2013-Plenário, TC 007.109/2013-0, relator Ministro Valmir Campelo, 31.7.2013). Já na **empreitada por preço unitário**, em que o preço é fixado por unidade determinada, os pagamentos correspondem à medição dos serviços efetivamente executados, de modo que os riscos dos contratantes em relação a diferenças de quantitativos são menores. Tal regime é mais apropriado para os casos em que não se conhecem de antemão, com adequado nível de precisão, os quantitativos totais da obra ou serviço: a execução das “unidades” se dará de acordo com a necessidade observada, com a realização de medições periódicas a fim de quantificar os serviços efetivamente executados e os correspondentes valores devidos (TCU. Acórdão 1978/2013-Plenário, TC 007.109/2013-0, relator Ministro Valmir Campelo, 31.7.2013). Assim, na empreitada por preço unitário haverá a execução do contrato conforme a demanda, e esse regime de execução foi criado para resolver o problema da necessidade de fixar uma remuneração sem que se tivesse, desde logo, a quantidade exata do encargo a ser executado. **A opção da Administração por um ou outro regime não decorre de mera conveniência, mas sim da possibilidade, no caso concreto, de predefinir uma estimativa precisa dos itens e respectivos quantitativos que compõem o objeto a ser contratado.**

# CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

**Nota Explicativa**: Sobre a medição, destaca-se que segundo Marçal Justen Filho (2021):

“A medição consiste em uma formalidade de controle e acompanhamento, nas hipóteses em que o pagamento ao contratado é vinculado à execução de etapas, obras ou prestações específicas. Nem sempre é cabível a medição.

[...]

Quando cabível, a medição configura uma atividade de fiscalização por parte da Administração. A sua realização se destina a verificar a adequação da prestação executada, inclusive para apurar falhas e defeitos. Em muitos casos, a ausência de acompanhamento da prestação poderia resultar na inviabilidade da identificação de falhas e defeitos em etapa posterior. Nos casos em que for prevista a medição, o pagamento não será condicionado à conclusão integral e à entrega do objeto contratado. Haverá a previsão de pagamento parcial, correspondente àquilo que tiver sido executado e comprovado por meio da medição.

[...]

Na maior parte dos casos, a medição é prevista em relação a obras e serviços de engenharia. Mas não é vedado adotar a sistemática da medição em contratações versando sobre prestações com outra natureza. Quando for prevista a medição, o instrumento contratual deve dispor sobre os procedimentos pertinentes, os critérios para aprovação ou rejeição e a periodicidade de sua ocorrência.

[...]

Em todas as hipóteses, o contrato deve disciplinar o procedimento para a liquidação e o pagamento. A questão apresenta peculiaridade nas hipóteses em que estiver prevista a medição. Em tais casos, a formalização da medição e dos atos destinados à sua comprovação devem estar especificados como pressuposto para a liquidação e o pagamento efetivo da respectiva despesa”.

* 1. **Condições de Recebimento:**
     1. Os serviços prestados serão recebidos provisoriamente pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, mediante termo (s) detalhado (s), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

**Nota Explicativa**: Recomenda-se utilizar o recebimento provisório, devendo-se documentar sua realização, detalhando os objetos recebidos. Tal procedimento traz maior segurança às partes, uma vez que, feita a transferência da posse dos bens para a Administração, essa passa a ser responsável por eles, liberando o particular contratado de questões relacionadas à perda e deterioração, por exemplo, que ocorrerem após o recebimento provisório.

* + 1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao Contratado, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

**Nota Explicativa**: O servidor público designado para o recebimento deve recusar o objeto que não corresponda às especificações e condições da contratação, estabelecendo prazo para regularização por parte do fornecedor. A irregularidade observada deve ser notificada pelo fiscal que deverá preencher formulário próprio, estabelecendo um prazo razoável (ex: 10 dias corridos) para manifestação do fornecedor, no qual este deve apresentar proposta à Administração Pública para a resolução do problema.

* + 1. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
    2. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório, conforme art. 119 c/c art. 140 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
    3. Os serviços prestados serão recebidos definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo (s) detalhado (s) que comprove (m) o atendimento das exigências contratuais, no prazo de até [inserir número de dias – escrever por extenso] dias corridos, contados a partir do recebimento provisório.

**Nota Explicativa**: Tendo em vista o disposto no inciso IV, §2º do art. 137, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, orientamos que tenha máxima atenção no preenchimento do prazo indicado no item 5.1.5, para que o somatório dos prazos de recebimento provisório e definitivo, liquidação e pagamento, não ultrapasse o período de 2 meses, que poderá ensejar a extinção do contrato.

O recebimento definitivo de bens ocorre na área que requereu a aquisição/fornecimento. O fiscal do contrato deverá conferir detalhadamente a especificação, integridade, quantidade, prazos de validade, instalação e correto funcionamento, dentre outros requisitos informados neste documento e/ou Contrato.

Não havendo irregularidades, o fiscal irá atestar a nota fiscal e solicitar o cadastro regular do bem no sistema adequado, bem como o registro de patrimônio se se tratar de bem permanente. O recebimento definitivo será então formalizado.

Uma sugestão que poderá ser adotada quanto a prazos seria:

* Recebimento Definitivo: até 10 dias corridos, contados a partir do recebimento provisório (Lembrando que o Termo de Referência permite prorrogação pelo mesmo período para o prazo de Recebimento Definitivo)
* Liquidação: até 10 dias corridos, contados da data da entrega definitiva
* Pagamento: até 30 dias corridos, contados a partir da data final da liquidação

Em sendo detectado, na fase de planejamento da contratação (notadamente no gerenciamento dos riscos), que haverá dificuldades para cumprimento dos prazos estabelecidos, deverão ser previstas medidas para superar tais contingências.

* + 1. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

**Nota Explicativa:** Em caso de necessidade de prorrogação do prazo para recebimento definitivo, previsto no item 5.1.5, é fundamental formalizar, **antes** do fim do prazo, motivadamente, a conveniência da prorrogação.

Isso porque, diante de eventual omissão ou inércia quanto ao pedido de prorrogação neste caso, decorridos os prazos necessários à análise técnica e/ou vistoria por parte da Administração, presume-se a aceitação, pois o contratado não pode ser constrangido a aguardar indefinidamente pela manifestação administrativa.

* + 1. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
    2. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, a Administração notificará o Contratado para emissão de Nota Fiscal no que diz respeito à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
    3. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
    4. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
    5. [Inserir demais critérios de medição, conforme o objeto a ser contratado, quando cabível].
  1. **Da Avaliação da Execução do Objeto:**
     1. A avaliação da execução do objeto utilizará [o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no [Anexo [........] **OU** documento que o substitua].
     2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para avaliação da prestação dos serviços.

**Nota explicativa**: Item 5.2 - É necessário que o órgão estabeleça quais são os critérios de avaliação e os devidos parâmetros, de forma a se obter uma fórmula que permita quantificar o grau de satisfação na execução do objeto contratado, e, consequentemente, o montante devido em pagamento. Sem o devido estabelecimento dos critérios e parâmetros de avaliação dos itens previstos no artigo, a cláusula torna-se inexequível, absolutamente destituída de efeitos. Dessa forma, para que seja possível efetuar a glosa, é necessário definir, objetivamente, quais os parâmetros para mensuração do percentual do pagamento devido em razão dos níveis esperados de qualidade da prestação do serviço.

* 1. **Da Liquidação:**
     1. A Liquidação será efetuada no prazo de até [inserir número de dias] [escrever por extenso] dias corridos contados da data da entrega definitiva do serviço e respectivo aceite do Contratante.

**Nota Explicativa**: Tendo em vista o disposto no inciso IV, §2º do art. 137, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, orientamos que tenha máxima atenção no preenchimento do prazo indicado no item 5.3.1, para que o somatório dos prazos de recebimento provisório e definitivo, liquidação e pagamento, não ultrapasse o período de 2 meses, que poderá ensejar a extinção do contrato.

Uma sugestão que poderá ser adotada quanto a prazos seria:

* Recebimento Definitivo: até 10 dias corridos, contados a partir do recebimento provisório (Lembrando que o Termo de Referência permite prorrogação pelo mesmo período para o prazo de Recebimento Definitivo)
* Liquidação: até 10 dias corridos, contados da data da entrega definitiva
* Pagamento: até 30 dias corridos, contados a partir da data final da liquidação

Em sendo detectado, na fase de planejamento da contratação (notadamente no gerenciamento dos riscos), que haverá dificuldades para cumprimento dos prazos estabelecidos, deverão ser previstas medidas para superar tais contingências.

* + 1. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
       1. O vencimento;
       2. A data da emissão;
       3. Os dados do contrato e do órgão Contratante;
       4. O período respectivo de execução do objeto;
       5. O valor a pagar; e
       6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
    2. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.
    3. A nota fiscal ou o instrumento de cobrança equivalente deverá ser acompanhado da comprovação da regularidade fiscal disposta no art. 68 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
  1. **Do Pagamento:**
     1. O pagamento será efetuado através do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI/MG, por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário em um dos bancos que o Contratado indicar, no prazo de até [inserir número de dias] [escrever por extenso] dias corridos, contados a partir da data final da liquidação a que se referir, com base nos documentos fiscais devidamente conferidos e aprovados pelo Contratante.
        1. A Administração deve observar a ordem cronológica nos pagamentos, conforme disposto no art. 141 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

**Nota Explicativa**: Tendo em vista o disposto no inciso IV, §2º do art. 137, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, orientamos que tenha máxima atenção no preenchimento do prazo indicado no item 5.4.1, para que o somatório dos prazos de recebimento provisório e definitivo, liquidação e pagamento, não ultrapasse o período de 2 meses, que poderá ensejar a extinção do contrato.

Uma sugestão que poderá ser adotada quanto a prazos seria:

* Recebimento Definitivo: até 10 dias corridos, contados a partir do recebimento provisório (Lembrando que o Termo de Referência permite prorrogação pelo mesmo período para o prazo de Recebimento Definitivo)
* Liquidação: até 10 dias corridos, contados da data da entrega definitiva
* Pagamento: até 30 dias corridos, contados a partir da data final da liquidação

Em sendo detectado, na fase de planejamento da contratação (notadamente no gerenciamento dos riscos), que haverá dificuldades para cumprimento dos prazos estabelecidos, deverão ser previstas medidas para superar tais contingências.

* + 1. No caso de atraso pelo Contratante, por culpa exclusiva da Administração, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, de acordo com a variação do [Indicar o índice ou taxa que deverá ser utilizado].

**Nota Explicativa**: No item 5.4.2 deverá a Administração indicar o índice de preços a ser utilizado para a atualização monetária do valor devido ao contratado. A título de informação, alguns índices utilizados são a taxa SELIC e o IPCA. O Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC - é um sistema operado pelo Banco Central do Brasil (BCB) que desempenha um papel crucial no mercado financeiro brasileiro. Ele foi desenvolvido para facilitar a liquidação e custódia de operações com títulos públicos federais e outras transações financeiras. Já o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo): É o indicador oficial do Governo Federal para medir a inflação.

* + 1. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
    2. Independentemente do percentual de tributo inserido pelo Contratado na planilha de custo, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
    3. A CONTRATADA deve garantir a manutenção dos requisitos de habilitação previstos no Edital.
       1. Eventuais situações de irregularidades fiscal ou trabalhista da CONTRATADA não impedem o pagamento, se o objeto tiver sido executado e atestado. Tal hipótese ensejará, entretanto, a adoção das providências tendentes ao sancionamento do contratado e rescisão contratual.
    4. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
    5. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
       1. Não produzir os resultados acordados;
       2. Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
       3. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
  1. **Da Antecipação do Pagamento:**

**Nota Explicativa:** Incluir o item 5.5 no caso de a contratação adotar o pagamento antecipado previsto no §1º do art. 145 da Lei Federal nº 14.133, de 2021. Importante lembrar que, para a utilização deste mecanismo, é necessário que se demonstre nos autos que a antecipação do pagamento é, alternativamente, ou condição indispensável para a obtenção do bem, ou propicia sensível economia de recursos. Em todo caso, a Lei impõe que a adoção do pagamento antecipado, parcial ou total, seja precedida de justificativa prévia.

* + 1. A presente contratação permite a antecipação de pagamento [parcial OU total], considerando [**OU** o Estudo Técnico Preliminar **OU** os termos da Nota Técnica nº. ...]..
    2. O contratado emitirá [recibo OU nota fiscal OU fatura OU documento idôneo] correspondente ao valor da antecipação de pagamento de R$ [Inserir o valor (valor por extenso)], tão logo [incluir condicionante – ex: seja assinado o termo de contrato, ou seja, prestada a garantia etc.], para que o contratante efetue o pagamento antecipado.
    3. Para as etapas seguintes do contrato, a antecipação do pagamento ocorrerá da seguinte forma:
       1. R$..... (valor em extenso) quando do início da segunda etapa.
       2. (...)

**Nota Explicativa**: Cabe à área técnica definir a forma para o pagamento antecipado, conforme as peculiaridades do contrato. No item 5.5.3 é possível, por exemplo: fazer o pagamento antecipado apenas parcial, com o remanescente sendo pago com a execução do contrato; estabelecer pagamento antecipado integralmente no início do contrato ou dividido em etapas; prever prazos antes ou após o início da etapa conforme o cronograma fixado para o fornecimento dos bens, ou ainda combinar as possibilidades acima, dentre outras. Saliente-se, apenas, que a forma de antecipação do pagamento (se integralmente no início, se por etapas etc.) deve ser objeto de justificativa específica, que motive a estratégia utilizada pelo contratante.

* + 1. Fica o contratado obrigado a devolver, com correção monetária, a integralidade do valor antecipado na hipótese de inexecução do objeto.
       1. No caso de inexecução parcial, deverá haver a devolução do valor relativo à parcela não-executada do contrato.
       2. O valor relativo à parcela antecipada e não executada do contrato será atualizado monetariamente pela variação acumulada do   ........ (especificar o índice de correção monetária a ser adotado), ou outro índice que venha a substituí-lo, desde a data do pagamento da antecipação até a data da devolução.
    2. A liquidação ocorrerá de acordo com as regras do tópico respectivo deste instrumento.
    3. O pagamento antecipado será efetuado no prazo máximo de até ..... (....) dias, contados do recebimento do ...... (recibo OU nota fiscal OU fatura OU documento idôneo).
    4. A antecipação de pagamento dispensa o ateste ou recebimento prévios do objeto, os quais deverão ocorrer após a regular execução da parcela contratual a que se refere o valor antecipado.
    5. O pagamento de que trata este item está condicionado à tomada das seguintes providências pelo contratado:
       1. comprovação da execução da etapa imediatamente anterior do objeto pelo contratado, para a antecipação do valor remanescente;
       2. prestação da garantia adicional nas modalidades de que trata o art. 96 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, no percentual de [...] %.

**Nota Explicativa**: A adoção das providências, previstas no item 5.5.8, é facultativa, conforme §2º do art. 145 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e deve ser objeto de justificativa que demonstre a adequação das opções escolhidas, incluindo valores e percentuais respectivos, com a contratação em questão e a antecipação a ser feita.

A comprovação da execução da etapa imediatamente anterior do objeto somente está condicionada a existência de antecipação de pagamento durante a execução contratual e não só no início do contrato. Se houver utilização dessa cautela, deve haver a previsão dos momentos de comprovação de execução para os fins deste item.

* + 1. O pagamento do valor a ser antecipado ocorrerá respeitando eventuais retenções tributárias incidentes.

# ****PROCEDIMENTO DE TRANSIÇÃO E FINALIZAÇÃO DO CONTRATO****

* 1. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

**OU**

* 1. Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas:
     1. [Descrever etapas]

**Nota Explicativa:** Caso exigido, o Contratado deverá realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços. Deve a Administração especificar essas exigências.

# ****MODELO DE GESTÃO DA CONTRATAÇÃO****

* 1. **Regras Gerais:**
     1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, conforme art. 115 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e artigos 15 e 16 do Decreto 48.587, de 2023.
     2. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
     3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
     4. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
     5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais gestores e fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou pelos respectivos substitutos, conforme art. 117 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e art. 14 do Decreto nº 48.587, de 2023.
     6. Constatada a ocorrência de descumprimento total ou parcial do contrato, deverão ser observadas as disposições dos art. 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, a fim de apurar a responsabilidade do Contratado e eventualmente aplicar sanções.
  2. **Da Fiscalização do Contrato:**

**Nota Explicativa**: Na fiscalização é realizada a verificação do cumprimento das disposições contratuais, tendo por parâmetro os resultados previstos, visando à entrega do objeto na qualidade e quantidade contratadas e adotando providências necessárias ao fiel cumprimento do contrato

* + 1. O fiscal do contrato prestará apoio técnico e operacional ao gestor do contrato com informações pertinentes as suas competências, nos termos do inciso I do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.
    2. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, de acordo com o § 1º, art. 117 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e inciso II do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.
    3. O fiscal do contrato emitirá notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção, nos termos do inciso III do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.
    4. O fiscal do contrato informará a seus superiores e ao gestor do contrato, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência, conforme § 2º, art. 117 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e inciso IV do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.
    5. O fiscal do contrato comunicará imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas, nos termos do inciso V, do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.
    6. O fiscal do contrato fiscalizará a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de contrato, nos termos do inciso VI, do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.
    7. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual, nos termos do inciso VII, do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.
    8. O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências contratuais, nos termos do inciso VIII, do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.
    9. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz a responsabilidade do Contratado por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades havidas na execução do objeto, aí incluídas imperfeições de natureza técnica ou aquelas provenientes de vício redibitório, como tal definido pela lei civil.
    10. [Podem ser incluídas outras rotinas que forem necessárias a depender da especificidade do objeto]

**Nota explicativa**: Nos termos do art. 17, do Decreto nº. 48.587, de 2023, poderão ser definidas outras atribuições ao fiscal tendo em vista a especificidade do contrato e peculiaridades do caso concreto.

* 1. **Da Gestão do Contrato:**

**Nota Explicativa:** Na rotina de gestão é realizado o acompanhamento do contrato quanto aos aspectos administrativos, tratando de questões relativas aos aspectos econômicos e aditivos contratuais, além de promover as medidas necessárias à fiel execução das condições previstas no ato convocatório e no instrumento contratual. Compete ao gestor de contrato as atividades gerenciais, técnicas e operacionais que compõem o processo de execução e acompanhamento da contratação.

* + 1. O gestor do contrato orientará os fiscais de contrato no desempenho de suas atribuições, nos termos do inciso I, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.
    2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato ou terceiros contratados, das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informará à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência, nos termos do inciso II, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.
    3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais, nos termos do inciso III, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.
    4. O gestor do contrato coordenará a autuação da rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, nos termos do inciso IV, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.
    5. O gestor do contrato coordenará os atos preparatórios relativos à instrução processual e ao envio da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização da celebração de aditivos, prorrogações, reajustes, repactuações ou rescisões contratuais, nos termos do inciso V, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.
    6. O gestor do contrato realizará o recebimento definitivo do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, nos termos do inciso VI, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.
    7. O gestor do contrato elaborará o relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração, de que trata a alínea "d" do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, nos termos do inciso VII, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.
    8. O gestor do contrato tomará as providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor competente para tal, conforme o caso, nos termos do inciso VIII, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.
    9. [Podem ser incluídas outras rotinas que forem necessárias a depender da especificidade do objeto]

**Nota explicativa**: Nos termos do art. 17, do Decreto nº. 48.587, de 2023, poderão ser definidas outras atribuições ao gestor tendo em vista a especificidade do contrato e peculiaridades do caso concreto.

# ****FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR****

* 1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento auxiliar de registro de preços, na modalidade pregão, conforme art. 28 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo [menor preço **OU** maior desconto por lote/item], conforme art. 33, da referida Lei Federal, tendo em vista a justificativa apresentada no [**OU** o Estudo Técnico Preliminar **OU** os termos da Nota Técnica nº. ...].

**Nota explicativa**: Para a realização de registro de preços por lote, em lotes que contemplem um grupo de itens, ou seja, em lotes não unitários, precisam ser observadas as regras definidas nos artigos 12 e 13 do Decreto nº 48.779, de 2024.

* 1. **Dos critérios de aceitabilidade da proposta:**
     1. A proposta terá validade de [inserir prazo]([inserir prazo por extenso]) dias corridos contados da data de aceitação.
     2. [Inserir demais critérios de aceitabilidade da proposta em razão da especificidade do objeto, quando houver].
  2. **Da Prova de Conceito:**
     1. Não será exigida a apresentação de prova de conceito nesta contratação.

**OU**

* + 1. Será exigida prova de conceito, considerando [**OU** o Estudo Técnico Preliminar **OU** os termos da Nota Técnica nº. ...], considerando [Inserir justificativa], conforme disposto no §3º, art. 17 e inciso II, art. 41 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, para comprovação de que os serviços prestados possuem funcionalidade de acordo com as especificações técnicas solicitadas neste Termo de Referência, para os lotes/itens: [informar os lotes/itens que terão necessidade de prova de conceito].
    2. [Descrever detalhadamente o procedimento a ser realizado na Prova de Conceito, as exigências a serem observadas pelos fornecedores, com a devida especificação dos critérios objetivos para avaliação].

# ****HABILITAÇÃO****

**Nota Explicativa**: Conforme previsto no § 4º do art. 33 do Decreto nº 48.723, de 2023, a documentação de habilitação poderá ser dispensada, total ou parcialmente, nas contratações para entrega imediata, nas contratações em valores inferiores a um quarto do limite para dispensa de licitação de que trata o inciso II do art. 75 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e nas contratações de produto para pesquisa e desenvolvimento até o valor de que trata o inciso III do art. 70 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, **ressalvado o inciso XXXIII do art. 7º e o § 3º do art. 195 da Constituição da República.**

* 1. **Habilitação Jurídica:**
     1. Documento de identificação, com foto, do responsável pela(s) assinatura(s) da(s) Proposta(s) Comercial(is).
     2. Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual.
     3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e suas alterações posteriores ou instrumento consolidado, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresárias, cooperativas ou empresas individuais de responsabilidade limitada e, no caso de sociedade de ações, acompanhado de documentos de eleição ou designação de seus administradores.
     4. Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas em se tratando de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício.
     5. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.
     6. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
     7. No caso de exercício de atividade de [\_\_\_\_\_\_\_], deverá ser apresentado ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, nos termos do art. [\_\_\_\_ da (Lei/Decreto n° \_\_\_\_ )].

**Nota explicativa:** Item 9.1.7 poderá ser suprimido, quando for o caso.

* + 1. Termo de Compromisso de Constituição de Consórcio, público ou particular, ou outro documento indicativo dos propósitos de associação entre os proponentes, em se tratando de consórcio instituído para o fim específico de participar do certame.

**Nota explicativa:** o Item 9.1.8 deverá ser excluído em caso de vedação à participação do consórcio.

* 1. **Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista:**

**Nota explicativa:** Nos casos de contratação de pessoas físicas, exigir somente o CPF e a quitação com a Fazenda Federal e Estadual, e suprimir os demais subitens.

* + 1. Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).
    2. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
    3. Regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei.

**Nota explicativa:** Item 9.2.3 - Desde a nota jurídica nº 2608, de 2010, a Consultoria Jurídica da AGE já entendia pela necessidade de verificação do objeto a ser contratado para fins de inserção da necessidade de regularidade fiscal Municipal. Destarte, as exigências de regularidade fiscal nas licitações deverão ser estabelecidas a partir de critérios de pertinência no tocante à atividade relacionada com o objeto do contrato, em interpretação consonante ao art. 193 do CTN. Mais recentemente este Núcleo de Assessoramento Jurídico na nota jurídica nº 44, de 2017, adotou a mesma orientação permitindo a dispensa da certidão municipal para aquisição de bens e materiais, ‘desde que a área técnica identifique; em  cada caso, que tal dispensa não represente riscos para a consecução do objeto.

* + - 1. A prova de regularidade fiscal e seguridade social perante a Fazenda Nacional será efetuada mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, referente a todos os tributos federais e à Dívida Ativa da União – DAU por elas administrados, bem como das contribuições previdenciárias e de terceiros.
      2. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais e/ou municipais objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
    1. Certificado de Regularidade relativa à seguridade social e perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço –FGTS.
    2. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, ou positiva com efeito de negativa, nos termos da Lei Federal nº 12.440, de 7 de julho de 2011, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
    3. Comprovação da regularidade fiscal e/ou trabalhista deverá ser efetuada mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeitos de negativas.
  1. **Qualificação Econômico-Financeira:**
     1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, emitida nos últimos 06 (seis) meses.
     2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais:
        1. Serão aceitos como na forma da Lei o Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:
           1. Sociedades regidas pela Lei Federal nº 6.404/76 (Sociedade Anônima):

Publicadas em Diário Oficial; ou

Publicados em jornal; ou

Por cópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante;

* + - * 1. Sociedades Limitadas (LTDA):

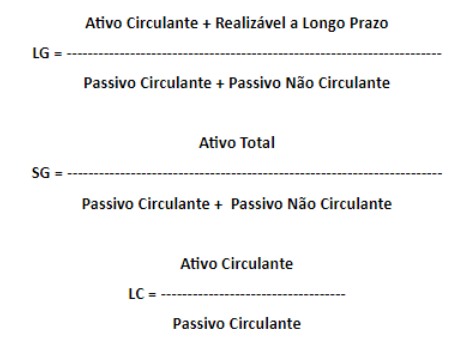
Por cópia do Livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou em outro órgão equivalente, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento; ou

Por cópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou do domicílio do licitante.

* + - * 1. Sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei Complementar Federal nº 123/06 (Lei das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte) – “SIMPLES NACIONAL”:

Por cópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou do domicílio do licitante;

* + - 1. Os documentos exigidos no subitem 9.3.2.2, quando forem próprios, deverão ser assinados pelo representante legal do licitante e pelo seu contador ou, quando publicados em Órgão de Imprensa Oficial, deverão permitir a identificação do veículo e da data de sua publicação e conter o nome do contador e o número de seu registro no Conselho Regional de Contabilidade.
      2. As pessoas jurídicas obrigadas a adotar a Escrituração Contábil Digital–ECD, bem como as sociedades empresárias que facultativamente aderiram ao sistema, nos termos da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.774, de 2017, poderão apresentar a ECD para os fins previstos no subitem 9.3.2.2.
      3. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo fornecedor de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

****

* + - 1. Caso a empresa fornecedora apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação [capital mínimo / patrimônio líquido mínimo] de \_\_\_\_\_\_\_\_ % [até 10%] do [valor total estimado da compra / valor total estimado da parcela pertinente].
         1. Para os casos de consórcios, exceto os consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas, caso o licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação [capital mínimo] OU [patrimônio líquido mínimo] de \_\_\_\_\_\_\_\_ % do [valor total estimado da contratação] OU [valor total estimado da parcela pertinente].

**Nota explicativa:** Item 9.3.2.5.1 –Para o caso de consórcios, nos termos do art. 15 da Lei Federal nº 14.133, de 2021: § 1º O edital deverá estabelecer para o consórcio acréscimo de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira, salvo justificação.

§ 2º O acréscimo previsto no § 1º deste artigo não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei. Inserir este valor ou percentual específico para consórcios, se for o caso. Caso não seja permitida a participação de consórcios, excluir o item 9.3.2.2.1.

* + - 1. As empresas criadas no exercício financeiro da contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, conforme disposto no art. 65, §1º da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
      2. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
      3. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.
      4. Caso o fornecedor seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei Federal nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

**Nota explicativa**: Excluir toda a cláusula de balanço, **i**tem 9.3.2, caso não seja aplicável sua exigência. De acordo com o TJMG, " É nula a exigência do edital de apresentação do balanço patrimonial anual para a habilitação de microempresa ou empresa de pequeno porte em procedimentos licitatórios, em razão da dispensa de escrituração prevista no artigo 1.179, §2º do Código Civil, e na Lei Complementar nº 123/2006” (TJMG - Remessa Necessária-Cv  1.0000.22.090633-3/001, pub. 06.10.2022).

Para atendimento ao disposto no caput do art. 69 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, deve-se observar a redação do seu §2º, que veda a exigência de valores mínimos de faturamento anterior e de índices de rentabilidade ou lucratividade.

De acordo com o disposto na Lei Federal nº 14.133, de 2021, não pode ser exigida garantia como requisito para habilitação econômico-financeira.

* 1. **Da Qualificação Técnico-Operacional e Técnico-Profissional:**
     1. Não será exigida a apresentação de documentos relativos à qualificação técnico-operacional e técnico-profissional.

**OU**

* + 1. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto desta contratação.
       1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
    2. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional .........(escrever por extenso, se o caso), em plena validade.

**Nota explicativa**: Item 9.4.2 - A exigência dos documentos só deve ser formulada quando, por determinação legal, o exercício de determinada atividade seja afetado pelo ao objeto contratual, esteja estando sujeito à fiscalização da entidade profissional competente, a ser indicada expressamente no dispositivo.

Quando não existir determinação legal atrelando o exercício de determinada atividade ao correspondente conselho de fiscalização profissional, a exigência de registro ou inscrição, para fim de habilitação, torna-se inaplicável. Nessas situações, o referido subitem deve ser excluído.

* + 1. Para o (s) lote (s) / item (ens) [inserir o número do lote/item] deverá ser apresentada comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido (s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso, atendendo ao quantitativo mínimo de [Inserir percentual] % ([inserir percentual por extenso] por cento) das quantidades apresentadas no subitem 1.1 do Termo de Referência, conforme §2º do art. 67 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
       1. Para atendimento do quantitativo indicado acima, é admitido o somatório de diferentes atestados, podendo ser de períodos concomitantes, desde que compatíveis com as características do objeto da licitação.
       2. Os atestados deverão conter:
          1. Nome empresarial e dados de identificação da instituição emitente (CNPJ, endereço, contato);
          2. Local e data de emissão;
          3. Nome, cargo, contato e a assinatura do responsável pela veracidade das informações;
          4. Período da execução da atividade e quantitativo do objeto fornecido.
       3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
          1. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

**Nota Explicativa**: Item 9.4.3 - A essência da capacidade operacional é procurar identificar se a futura contratada tem a infraestrutura empresarial e a capacidade de gestão de executar o objeto e, justamente por esse contexto, podem ser feitas exigências de comprovação de anterior execução de quantitativos mínimos (compatíveis com o objeto a ser contratado). Deste modo, é possível que essa comprovação se dê pela somatória de atestados de contratos executados realizados concomitantemente, pois da mesma forma revelam a capacidade operacional da empresa.

De qualquer forma, é absolutamente fundamental que a exigência seja totalmente objetiva, indicando quantitativos precisos, para evitar dúvidas na hora da habilitação, que podem vir a comprometer o objetivo do processo, de formalizar a contratação.

É necessário que a instrução e a motivação observem os §1º e 2º do art. 67 da Lei Federal nº 14.133, de 2021:

§ 1º A exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.

§ 2º Observado o disposto no caput e no § 1º deste artigo, será admitida a exigência de atestados com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas de que trata o referido parágrafo, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados.

O art. 67 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, não estabelece, expressamente, exigências de qualificação técnico-operacional ou técnico-profissional para o caso de contratações cujo objeto seja a aquisição de bens, tratando o dispositivo legal apenas das exigências pertinentes às obras e serviços. Nada obstante, entende-se ser juridicamente possível que a Administração formule exigências de qualificação técnica dos fornecedores no caso de compras de bens, com fundamento no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, caso verifique que a medida é indispensável à garantia do cumprimento das obrigações pertinentes à execução do objeto. Especialmente tendo em vista que a exigência de atestado para fornecimento de bens geralmente se refere à parcela do serviço associado ao fornecimento, qual seja, a capacidade operacional logística da entrega.

Além de avaliar a pertinência de exigir qualificação técnica, o rigor das exigências também deve ser avaliado, promovendo-se adaptações pela área demandante ante o tipo de contratação que se pretende fazer. A redação ora apresentada visa a dispor sobre as possibilidades gerais trazidas pela lei, mas a área competente do órgão contratante deverá, NECESSARIAMENTE, ajustar TODAS as cláusulas aqui presentes à realidade de sua demanda específica, com base em justificativa nos autos do processo de contratação.

Em relação pessoa física ou jurídica que se caracterize como “potencial subcontratado”, é possível a previsão de exigência de atestados específicos, situação na qual mais de um licitante poderá apresentar atestado relativo ao mesmo potencial subcontratado. Nesse sentido é o teor do § 9º do art. 67 da Lei Federal nº 14.133, de 2021: “O edital poderá prever, para aspectos técnicos específicos, que a qualificação técnica seja demonstrada por meio de atestados relativos a potencial subcontratado, limitado a 25% (vinte e cinco por cento) do objeto a ser licitado, hipótese em que mais de um licitante poderá apresentar atestado relativo ao mesmo potencial subcontratado. ”

* + 1. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.
    2. Em caso de apresentação por de atestado de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual o fornecedor tenha feito parte, se o atestado ou o contrato de constituição do consórcio não identificar a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, serão adotados os seguintes critérios na avaliação de sua qualificação técnica:
       1. Caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio homogêneo, cujas empresas possuem objeto social similar, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada empresa consorciada na proporção quantitativa de sua participação no consórcio.
       2. Caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio heterogêneo, cujas empresas possuem objeto social diverso, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada consorciado de acordo com os respectivos campos de atuação.
       3. Na hipótese do item 8.4.5, para fins de comprovação do percentual de participação do consorciado, caso este não conste expressamente do atestado ou da certidão, deverá ser juntada ao atestado ou à certidão cópia do instrumento de constituição do consórcio.
    3. [Inserir outra qualificação técnico-operacional e/ou técnico profissional conforme especificidades do objeto, limitada àquelas dispostas no art. 67 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, mediante justificativa]
  1. **Habilitação de Consórcios:**
     1. No caso da participação de empresas reunidas em consórcio, deverá acompanhar os documentos de habilitação, a comprovação de compromisso público ou particular do consórcio, subscrito pelas empresas consorciadas, com apresentação da proporção de participação de cada uma das consorciadas e indicação da empresa líder, que deverá representar as consorciadas perante o Estado de Minas Gerais, observadas as normas do art. 15 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
     2. Deverão ser apresentados os documentos previstos no item referente à Habilitação, por parte de cada consorciado, admitindo-se, para efeito de qualificação técnica, o somatório dos quantitativos de cada consorciado, e, para efeito de qualificação econômico-financeira, o somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação.
     3. As empresas consorciadas serão solidariamente responsáveis pelas obrigações do consórcio na fase de licitação e durante a execução do contrato.
     4. Antes da celebração do contrato, deverá ser promovida a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no item 9.5.1.
     5. Apenas os consórcios compostos exclusivamente por beneficiários indicados no item 4.3 poderão usufruir dos benefícios legais da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, desde que a soma do faturamento das empresas consorciadas não ultrapasse o limite previsto no inciso II, artigo 3º, da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
     6. Não é permitido que uma empresa, consorciada simultaneamente em mais de um consórcio ou de forma isolada, participe do mesmo procedimento de contratação.
     7. A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato

**Nota Explicativa**: Todo item 9.5 deverá ser excluído caso a contratação não permita a participação de consórcio. Reforçando que a vedação de participação no processo de pessoas jurídicas reunidas em consórcio é exceção e essa opção deverá ser devidamente justificada pela Administração, nos termos do art. 15, caput, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

* 1. **Habilitação de Cooperativas:**
     1. Caso admitida a participação de cooperativas, os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar de licitação quando:
        1. A constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, a Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, e a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009;
        2. A cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;
        3. Qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas.
     2. Será exigida a seguinte documentação complementar:
        1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971.
        2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados.
        3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual.
        4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107.
        5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato.
        6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5764.htm#art112), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.
        7. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação;

**Nota Explicativa**: Todo item 9.6 deverá ser excluído caso a contratação não permita a participação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativas (**equiparados)**. “Alínea “a”, Inciso I, art. 9º da Lei Federal nº 14.133, de 2021, diz que é vedado ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos, ressalvados os casos previstos em lei: I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que: a) comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas.

# OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES

* 1. **Do Gerenciador da Ata de Registro de Preço:**
     1. Realizar os atos de remanejamento de quantidades e valores previstos no objeto da contratação, observando o disposto no art. 27, do Decreto nº 48.779, de 2024.
     2. Gerenciar a ARP, conforme inciso VIII, art. 5º, do Decreto nº 48.779, de 2024.
     3. Conduzir as negociações para alteração ou atualização dos preços registrados, conforme inciso IX, art. 5º, do Decreto nº 48.779, de 2024.
     4. Deliberar quanto à adesão posterior de órgãos e entidades que não tenham manifestado interesse durante o período de divulgação da IRP, conforme inciso X, art. 5º, do Decreto nº 48.779, de 2024.
     5. Aplicar, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório, as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório, conforme inciso XI, art. 5º, do Decreto nº 48.779, de 2024.
     6. Aplicar, garantidos os princípios da ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ARP, em relação a sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação as suas próprias contratações, conforme inciso XII, art. 5º, do Decreto nº 48.779, de 2024.
     7. Aceitar, excepcionalmente, a prorrogação do prazo para efetivação da aquisição, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante, nos termos do inciso XIII, art. 5º, do Decreto nº 48.779, de 2024.
     8. Prestar as informações e os esclarecimentos que vierem a ser solicitados pelo Fornecedor Beneficiário no que tange à gestão da Ata de Registro de Preço.
     9. [Podem ser incluídas outras obrigações que forem necessárias a depender da especificidade do objeto].

**Nota explicativa**: As cláusulas 10.1.1 a 10.1.8, exceto aquelas que dizem respeito as ações relacionadas à possibilidade de adesão posterior por órgão ou entidade não participante, são consideradas comuns às contratações, podendo a área responsável pela elaboração do Termo de Referência incluir outras conforme o caso concreto.

* 1. **Do Contratante:**
     1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o presente termo de referência, ata de registro de preços, contrato e eventuais anexos, conforme estabelecido no inciso VIII, art. 6º do Decreto nº 48.779, de 2024.
     2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.
     3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto prestado, para que seja por ele reparado, corrigido, removido, reconstruído ou substituído, no total ou em parte, às suas expensas.
     4. Acompanhar e fiscalizar a execução da ata de registro de preços e do contrato, nos termos deste Termo de Referência, e atestar o efetivo recebimento do objeto contratado.
     5. Rejeitar, no todo ou em parte os serviços prestados, quando em desacordo com as especificações constantes na nota de empenho, no Termo de Referência e/ou na proposta comercial do Contratado, impondo-se a recusa se o objeto for defeituoso, tiver prazo de validade vencido, ou outras situações que inviabilizem o recebimento, hipótese em que se promoverá anotação da ocorrência em registro próprio.
     6. Comunicar o Contratado para emissão de Nota Fiscal pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia parcial sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
     7. Solicitar o reparo, a correção, a remoção ou a substituição da parcela do objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.
     8. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à parcela do serviço prestado, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente instrumento.
     9. Prestar as informações e os esclarecimentos que vierem a ser solicitados pelo Contratado durante a execução do contrato ou instrumento que o substituir.
     10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
         1. A Administração terá o prazo de até [inserir prazo] dias corridos a contar da data do protocolo do requerimento, tratado no item 9.1.10, para decidir e admitir a prorrogação motivada por igual período, conforme art. 123, Lei Federal nº 14.133, de 2021.

**Nota Explicativa**: O item 10.2.10.1, nos termos do art. 123 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, a Administração tem o dever de decidir questões contratuais que lhe são apresentadas. O órgão/entidade pode estabelecer prazo diferenciado de acordo com a complexidade do objeto e trâmites internos das áreas envolvidas. Caso não haja especificação, o art. 123, parágrafo único, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, estabelece que o prazo será de um mês.

* + 1. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de [inserir prazo] dias corridos.

**Nota Explicativa**: O art. 92, inciso XI, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, prevê que é cláusula necessária do contrato administrativo aquela que versa sobre “o prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso”. Como a lei não indicou o prazo a ser adotado nesse caso específico, a Administração poderá se utilizar do mesmo prazo previsto para as situações abrangidas, em geral, pelo art. 123 do texto legal, o que deverá ser analisado conforme as especificidades de cada órgão.

* + 1. Aplicar, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços, em relação a sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão ou à entidade gerenciadora, conforme disposto no inciso IX, art. 6º do Decreto nº 48.779, de 2024.
    2. Exigir o cumprimento dos recolhimentos tributários, trabalhistas e previdenciários por meio dos documentos pertinentes.
    3. Disponibilizar local adequado para a realização do serviço.
    4. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
    5. Prestar informações ao gestor da ARP, sempre que solicitado, quanto à contratação e à execução da demanda destinada ao seu órgão ou à sua entidade, conforme disposto no inciso X, art. 6º do Decreto nº 48.779, de 2024.
    6. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

**Nota Explicativa**: Subitem 10.1.17 - O órgão/entidade deve retirar caso não exista solicitação de garantia.

* + 1. [Podem ser incluídas outras obrigações que forem necessárias a depender da especificidade do objeto]

**Nota explicativa**: As cláusulas 10.1.1 a 10.1.16 são consideradas comuns às contratações, podendo a área responsável pela elaboração do TR incluir outras conforme o caso concreto.

* 1. **Do Contratado:**
     1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste instrumento e seus anexos, nas quantidades, prazos e condições pactuadas, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.
     2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor, Lei Federal nº 8.078, de 1990.
     3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
     4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior, conforme Inciso II, art. 137 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e inciso III, art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023, e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.
     5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou dos materiais nela empregados.
     6. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.
     7. Arcar com os descontos nos pagamentos ou garantia, se for o caso, do valor correspondente aos danos sofridos, devidamente comprovados.
     8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
     9. Emitir faturas no valor pactuado, apresentando-as ao Contratante para ateste e pagamento.
     10. Responsabilizar-se pela garantia dos materiais empregados nos serviços prestados, dentro dos padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho, conforme previsto na legislação em vigor e na forma exigida neste termo de referência.
     11. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto do contrato.
     12. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
     13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
     14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
     15. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, conforme art. 116 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
         1. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, quando solicitado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas, conforme parágrafo único, art. 116 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
     16. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
     17. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no inciso II, alínea d, art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
     18. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante.
     19. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas do contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.
     20. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei Federal nº 13.709, de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato.
     21. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
     22. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
     23. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
     24. [Podem ser incluídas outras obrigações que forem necessárias a depender da especificidade do objeto]

**Nota explicativa**: As cláusulas 10.2.1 a 10.2.23 são consideradas comuns às contratações, podendo a área responsável pela elaboração do TR incluir outras conforme o caso concreto.

* 1. **Do Preposto:**
     1. Não será necessária a designação de preposto pelo Contratado.

**OU**

* + 1. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.
    2. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período [descrever período].
    3. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

# INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

* 1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o contratado que:
     1. Der causa à inexecução parcial da contratação;
     2. Der causa à inexecução parcial da contratação que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
     3. Der causa à inexecução total da contratação;
     4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
     5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
     6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
        1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.
     7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
     8. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a contratação e execução do contrato;
     9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução da contratação;
     10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
     11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
     12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 2013.
  2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
     1. **Advertência** - quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme disposto no §2º, art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
     2. **Impedimento de licitar e contratar** - quando praticadas as condutas descritas nos subitens 10.1.2 a 10.1.7, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme disposto no § 4º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
     3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar** - quando praticadas as condutas descritas nos subitens 10.1.8 a 10.1.12, bem como nos subitens 10.1.2 a 10.1.7, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, conforme disposto no §5º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021);
     4. **Multa:**

**Nota Explicativa**: Item 11.2.4.1 - O art. 156, §3º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, esclarece que “a multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 desta Lei”.

* + - 1. Moratória de [inserir percentual] % [inserir percentual por extenso] por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de [inserir número de dias] [escrever por extenso] dias.

**OU**

* + - 1. Moratória de [inserir percentual]% [inserir percentual por extenso] por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de [inserir percentual]% [inserir percentual por extenso], pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
         1. O atraso superior à de [inserir número de dias] [escrever por extenso] dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
      2. Compensatória, para as infrações descritas nos subitens [descrever o item], de [inserir percentual] % a [inserir percentual] % do valor da contratação.

**Nota Explicativa**: O item 11.2.4.2, poderá ser excluído, conforme caso concreto.

O subitem “Multa” pode ser adequado a fim de penalizar com mais rigor as infrações mais graves e com menos rigor as infrações menos graves, como por exemplo:

“Para a infração descrita nos subitens [descrever o item], a multa será de [inserir percentual] % a [inserir percentual] % do valor da contratação, ressalvadas as seguintes infrações: [indicar itens específicos de inexecução parcial que justifiquem pena diversa]”.

* 1. As sanções previstas nos subitens 10.2.1, 10.2.2 e 10.2.3 poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, conforme disposto no §7º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
  2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, conforme §8º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
  3. A aplicação das sanções previstas neste documento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante, conforme disposto no §9º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
  4. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, conforme disposto no art. 157, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
  5. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de [inserir número de dias] [escrever por extenso] dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
  6. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
  7. Em observância ao disposto no §1º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, na aplicação das sanções serão considerados:
     1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
     2. As peculiaridades do caso concreto;
     3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
     4. Os danos que dela provierem para o Contratante;
     5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
  8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos nesta última Lei citada, conforme art. 159 da referida Lei de Licitações.
  9. A personalidade jurídica do Fornecedor poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste documento ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, conforme disposto no art. 160, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
  10. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal, conforme art. 161, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
  11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
  12. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do §4º, art. 41 do Decreto nº 48.723, de 2023.
  13. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

# ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

* 1. O custo estimado total da contratação é de R$... (por extenso), conforme custos unitários apostos [no quadro constante do subitem 1.1 deste Termo de referência] ou [em anexo].

**OU**

* 1. O valor de referência para aplicação do maior desconto corresponde a R$....

**Nota explicativa:** Se adotado o critério de julgamento por maior desconto, o preço estimado ou o máximo aceitável não poderá ser sigiloso.

**OU**

* 1. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso, tendo em vista a justificativa apresentada no [**OU** o Estudo Técnico Preliminar **OU** os termos da Nota Técnica nº. ...].

**Nota explicativa:** Utilizar essa redação somente quando adotado o critério de julgamento por menor preço e caso a Administração opte por preservar o sigilo da estimativa do valor da contratação. Se adotado o critério de julgamento por maior desconto, o preço estimado ou o máximo aceitável não poderá ser sigiloso.

* 1. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco, quando houver.

# ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

* 1. A indicação da disponibilidade de créditos orçamentários, para fins de demonstração das despesas decorrentes da presente contratação, será apresentada na formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

[Local], [dia] de [mês], de [ano].

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Nome Elaborador:

Masp:

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Nome Aprovador:

Masp: